

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo

CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

CONSELHO FISCAL

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL****ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 25 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, nesta cidade de São Paulo, às 14:00 horas, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se por vídeo conferência, o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participantes, Demétrius Queiroz do Rêgo Barros, Daniel de Souza Coelho, Eliana Naccarati, Jaime Alves de Freitas e Peter Greiner Júnior, membros do Conselho. Pela Fundação, Flávia Nazaré de Souza Barletta, Angelita de Almeida Oliveira e Raisa Helena Lemos de Macedo. Na abertura da reunião o Presidente do Conselho passou a palavra a Diretora Flávia que iniciou comentando sucintamente sobre precatórios, dívida pública, eleições, ambiente político, agenda do congresso, inflação bastante fracionada, uma bolsa com perdas sensíveis, NTNBS com grande abertura e a elevação das taxas de juros pelo BACEN. Com relação a Política de Investimentos e ALM, disse que a Fundação ainda não fez o rebalanceamento das carteiras no semestre com relação ao ponto ótimo e que, no semestre, não ocorreram desenquadramentos. Informou que já a partir deste mês o material apresentado nas reuniões, bem como o relatório RCI terão nova formatação e as informações serão abertas por plano. Ainda, informou que o valor da arrecadação mensal já foi aplicado no novo fundo do BTG e que hoje a Carteira da Fundação está com a maior diversificação possível. Ainda, comentou que a partir deste mês a Fundação começará discussões internas para elaboração da Política de Investimentos para 2022. Na sequência passou a demonstrar a posição consolidada da carteira posição 30.07.21, o rendimento nominal da Carteira x Benchmark em percentual, desde 31.12.2020 até 30.07.2021, o fluxo de resgates, os retornos nominais e a posição consolidada da carteira. Comentou que no mês de julho/2021, o retorno da carteira foi de 0,88%, para uma meta de 1,31%, no ano, o retorno foi de 5,99% para uma meta de 7,15% e, nos últimos 12 meses o retorno foi de 11,59% para uma meta de 13,32%. Lembrou que a política de Investimentos considera retorno de longo prazo podendo ocorrer períodos em que as metas em alguns meses ou até no ano, não sejam atingidas. Entretanto no longo prazo, a Fundação vem atingindo a meta, citando como exemplo o resultado alcançado nos últimos 24 meses, onde a carteira

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo

CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

CONSELHO FISCAL

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL****ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

rendeu 22,63% para uma meta de 20,52%. O Conselheiro Jaime questionou o entendimento da Fundação quanto à performance da carteira e a possibilidade de não atendimento da meta anual. Comentou que em sua experiência junto a Fundação do Banco Central, as metas eram buscadas mensalmente, de forma que ao término de cada ano, as metas eram atingidas. Disse que, embora a longo prazo a meta possa ser cumprida, é de suma importância que a Fundação se preocupe em buscar opções de investimentos visando o atingimento da meta dentro do ano, inclusive, se for o caso, revendo a sua Política de Investimentos e imprimir maior agilidade na tomada de decisões. Entende que o não atingimento da meta anual, pode comprometer o resultado a médio e longo prazo. O Conselheiro Daniel, fazendo referência ao posicionamento do Conselheiro Jaime, também entende que a Fundação deve buscar alcançar a meta estabelecida, justificando o não atingimento da meta anual e atrelando essa justificativa a uma estratégia de longo prazo, como seria o caso de um investimento significativo em títulos públicos de longo prazo com rendimento pré-fixado em IPCA+5%. O Conselheiro Demétrius também se manifestou dizendo da sua preocupação quanto ao não atingimento da meta anualmente. Disse que, embora o cenário atual se apresente desfavorável, entende que Fundação deve aproveitar o momento de abertura para buscar e diversificar novas opções de investimentos. A Diretora Flávia finalizou sua participação comentando que a Fundação já está ampliando investimentos na renda variável e em renda fixa à crédito privado que tendem apresentar melhor resultados. Finalizada a apresentação o Presidente do Conselho indagou a Diretora de Investimentos se no período ocorreram desenquadramentos dos investimentos com relação aos limites fixados na política de investimentos e na legislação pertinente e a Diretora Flávia afirmou que não houve qualquer desenquadramentos no período analisado. Dando seguimento sra. Raisa passou a apresentar o acompanhamento de compliance, posição julho/2021, citando as obrigações legais, quando aplicáveis e recorrentes e as internas, destacando as finalizadas dentro de prazo e as finalizadas com atraso, sem, entretanto, gerar multas ou anotações restritivas. A Conselheira Eliana



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA

questionou se o sistema UNIO tem como levantar as reincidências das baixas de cada área no sistema e se existe algum tipo de trava limitando o número de dias para aceitar as baixas dos lançamentos. A sra. Raísa comentou que não existe uma trava no sistema impedindo as baixas depois de um prazo previamente fixado. A respeito do assunto, os Conselheiros manifestaram-se no sentido de que o conselho fizesse registro ressaltando que determinados setores aparecem mensalmente nos relatórios como reincidentes no descumprimento dos prazos de registro de baixas no sistema. O Conselheiro Peter comentou que essas informações de atraso nas baixas de certa forma poluem o relatório e geram uma sensação de descontrole. O conselheiro Daniel sugeriu um aprimoramento no sistema criando um indicativo de gravidade no descumprimento da obrigação no prazo, sugestão endossada pelo conselheiro Demétrius. Ainda, o conselheiro Jaime sugeriu que fosse determinado um prazo limite para o registro da baixa e somente considerar atraso, se o responsável ultrapassar esse limite. A sra. Raísa disse que vai se reunir com os responsáveis pelo sistema para analisar a possibilidade de implementação das sugestões. Retomando a palavra a sra. Angelita passou a apresentar o fluxo de caixa referente ao mês de julho/2021, já no formato apresentado ao SIEDESC, detalhando as receitas própria e outras receitas e as despesas. O Conselheiro Demétrius fazendo referência a registros feitos em semestres anteriores nos Relatórios do Conselho Fiscal tratando do limite técnico previsto na Resolução CGPC nº 29/2019, questionou sobre o andamento atual do processo junto a PREVIC. A sra. Angelita informou que a Diretoria Executiva, juntamente com a Consultoria contratada, avaliou a manifestação da PREVIC e estão finalizando resposta sobre o assunto a ser encaminhado nos próximos dias. O Presidente solicitou que o Conselho Fiscal tome conhecimento tempestivo do andamento do citado processo. Na sequência, a sra. Angelita comentando sobre o relatório do acompanhamento do orçamento, posição junho/21, passou a apresentar a execução orçamentária consolidada, também no novo formato, estruturado de acordo com a nova planificação contábil. Demonstrou o orçado x realizado no mês, acumulado até junho/2021 e o total do exercício. Detalhou a

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo



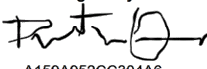
CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

CONSELHO FISCAL

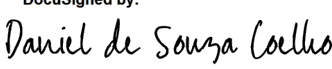
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO FISCAL****ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA**


composição das despesas administrativas, com terceiros e gerais, bem como as receitas administrativas e dos investimentos. A Conselheira Eliana comentou que, considerando que a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições e benefícios dos planos do Governo de São Paulo foi reduzida a 0%, entende que o fluxo de caixa deve apresentar todas as receitas, independentemente do Plano de Benefícios, facilitando o cruzamento das informações com os valores inseridos na plataforma do Governo. O Conselheiro Daniel solicitou que o relatório resumido fosse incorporado na rotina da Fundação e que de certa forma, refletisse uma versão preliminar das tabelas e gráficos que seriam usados na elaboração do Relatório de Controles Internos. Entende que isso facilitaria os trabalhos das áreas, visando, bem como a implementação da periodicidade trimestral do referido relatório. Nada mais havendo a tratar o Presidente do Conselho encerrou a reunião as 16h30min e eu, Cesar Gnoatto, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

DocuSigned by:

A159A952CC304A6...

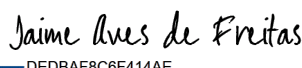
Demétrius Queiroz do Rêgo Barros
Presidente do Conselho

DocuSigned by:

4956F29C30B640E...

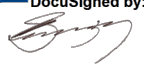
Daniel de Souza Coelho
Conselheiro

DocuSigned by:

94B8689F501A485...

Eliana Naccarati
Conselheira

DocuSigned by:

DEDBAF8C6F414AE...

Jaime Alves de Freitas
Conselheiro

DocuSigned by:

145FCC73A8D7425...

Cesar Gnoatto
Secretário